

Realização:



ATA DA 3ª REUNIÃO DE ESCUTA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO [COA] DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC - PNAB E O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA- CEC.

No dia quinze do mês de maio de 2024, às 09:00h, reuniram-se os membros da Comissão de Organização e Acompanhamento [COA] da Política Nacional Aldir Blanc/ SC - 2023, Srta Eliza Karla Pigatto Docena (Coordenadora), Sra Eliane Cipriani, Sra Janaina Schweitzer e Felipe Antônio, os membros do Conselho Estadual de Cultura, Carlos Holbein Antunes de Menezes, Carolina Borges de Andrade, Mariana Campos de Andrade, Sueli Dors, Gizelle Freitas (secretária), Jane M S Liesenberg, Nedi Terezinha Locatelli, Alzemi Machado, Bia Mattar, Cristiano Moreira, Luiz Nilton (presidente), Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva (Presidente da Fundação Catarinense de Cultura), Lélia Nunes, Leila Pereira dos Santos, Schibian Philemonn Oliveira, Washington Tuta Ribeiro, Elaine Sallas, Juliano Thomaz, Sarah Uriarte, Cristina Villar, e outros participantes - Cristina Villar, Emanuele, Weber Mattiello, Vanderleia Will, André C. Siewert- CEC, Joanna - Intérprete de Libras, João Solletti, Willian Alves, Ana Luisa Monteiro De Quadra, Cultura AMAVI, [FCRS] Editais e Projetos Rio do Sul, Rose Espíndola, Rubia Finardi, Cinema - Fundação Cultural de Chapecó, Édila Koch, Nina Luz, Ana Claudia Marra, Daniel Olivetto, Alexandre Peres de Pinho, Liberato Manoel Pinheiro Neto, Henrique Sagave, Andres Salas (intérprete de libras), Emanuele Weber Mattiello, Vanderleia Will, de forma online, pelo google meet. A partir deste momento, todos serão tratados pelo primeiro nome. Consta na pauta desta reunião: 1. Construção do Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR). Eliza inicia a reunião dando boas vindas a todos e passa palavra ao Presidente do CEC, Luiz Nilton que solicita a divulgação do link para que mais pessoas, além dos membros do CEC, possam participar da reunião. Dito isso, passa a palavra e a condução da reunião para a Conselheira Bia, que chama a Conselheira Sueli para a fala. Sueli inicia a sua participação com um questionamento sobre o item “Capacitação dos gestores”, colocado no diagrama (fluxo), e pergunta se o valor sairá dos 5% dos custos operacionais, e se sim, porque aparece também no fomento? Bia solicita a palavra e informa a Eliza que todos estavam esperando que ela apresentasse novamente o diagrama, pois perceberam que já haviam algumas alterações nele. Eliza concorda, mas informa que não aconteceu nenhuma alteração no documento. Eliza faz a apresentação do PAAR. iniciando os comentários, a Conselheira Nedi, elogiou o trabalho da COA e colocou que as pessoas do patrimônio cultural material e imaterial não tem conhecimento, nem os deputados, para lidar com o assunto e existe um medo gigantesco de tombamento de bens históricos, e pensa que seria necessário um item próprio para tratar das possibilidades de orientação e capacitação sobre isso, com certificado. Outra questão dela é a dúvida do que seriam comunidades periféricas e rurais. Informou que o seu trabalho de conclusão da pós-graduação foi sobre Cultura e Desenvolvimento Rural. Diz perceber uma dificuldade de participação das comunidades rurais nos editais e que a legalidade e aptidão para essas comunidades participarem vai ser um problema sério a ser resolvido. Pediu a possibilidade

Realização:



de pessoas físicas participarem no item das comunidades rurais e se colocou à disposição para auxiliar neste trabalho. Por fim, informou que está sendo comemorada a imigração italiana e a alemã em SC e questionou a possibilidade de editais para projetos destas comemorações. Foi chamada a conselheira Schibiam para dar a sua contribuição. Ela iniciou pedindo um olhar para as capacitações, com relação a implementação do sistema, dos fundos, pois não se está conseguindo fazer uma fiscalização, um acompanhamento, desde a LPG está previsto. Solicitou que a capacitação tenha um braço de fiscalização, para que as prefeituras criem os seus sistemas e seus fundos de cultura. Continuou a sua fala, agora explanando suas dúvidas, primeiramente quanto aos indutores, se está prevista abordagens com critérios nos editais e quanto ao recurso do MOVCEU, se é para adquirir ou para gestão da empresa que vai fazer o acompanhamento. Eliza iniciou as respostas às questões falando da sua distância das áreas de tombamento, patrimônio material, e que precisa ampliar o olhar, estudar mais para ter mais entendimento, por isso irá chamar a diretoria de patrimônio da FCC para auxiliar. Ainda, solicitou que Nedi em uma outra ocasião explique melhor a sua proposta de tombamento de bens. Quanto às comunidades rurais, informou que desde 2020, os editais da FCC permitem a participação de pessoa física, fazendo apenas uma diferenciação de valores entre Pessoa física e jurídica. Mas na questão do coletivo, o MINc permite em editais de premiação para associações sem CNPJ, nesse caso podendo participar pelo CPF. Eliza informou que a FCC quer trabalhar alinhado com o Governo federal. Outro ponto trazido por Nedi foi sobre a Colonização Alemã e Italiana, Eliza informou que ainda não tem nada específico, mas pensa que pode-se colocar categorias que se encaixem, pois um edital específico para isso ficaria limitado. Explicou que é difícil montar um edital de comemoração da cultura italiana ou alemã, mas criar categorias dentro de um edital maior, que permitam essa comemoração parece mais fácil. Passando para as respostas às questões da Schimbiam, Eliza diz que a COA/FCC entende a necessidade de se trabalhar a capacitação e um dos temas é a implantação do Sistema de Cultura nos municípios, que tenham os conselhos de Cultura e os Fundos de Cultura e Regimento estabelecido para tudo isso. Expos que precisamos buscar caminho para fortalecer esse sistema em todo o nosso estado. Com relação aos indutores, Eliza informa que este ano vamos trabalhar com todos os indutores do ano passado e acrescentar mais alguns se necessário. Por último, Eliza informa que sobre o MovCeU, o recurso para adquirir o MINC liberou e a FCC apenas precisou participar do processo de aquisição. E que o carro adaptado custou aprox. R\$600.000,00 e ainda que o recurso separado para o MovCeU é para a contratação de uma OS para a programação no interior do estado com esse carro. A segunda rodada de perguntas foi iniciada pelo Conselheiro Cristiano, que perguntou se o recurso para operacionalizar o MOVCEU será da FCC ou da PNAB. Sobre o Cultura Viva, pediu para que se pense em critérios para aceitar novos Pontos de Cultura. Critérios de avaliação para não concorrer ao mesmo recurso quem já é Ponto de Cultura com que ainda não é. Quanto aos Céus da Cultura, perguntou se o recurso é totalmente da PNAB, ou se o estado também participa para a construção deles e como serão esses investimentos. Para finalizar, afirmou que não se pode onerar a PNAB com obrigações que são do estado, município, com relação ao fortalecimento dos conselhos de Cultura. A próxima conselheira a ser chamada foi Carolina, que iniciou a sua fala, perguntando se existe algum recurso remanescente da lei Aldir Blanc ou se para o PAAR, serão somente

Realização:



os recursos do segundo semestre. Outra questão levantada por ela foi com relação a prestação de contas dos editais que é burocrática e cansativa. Para finalizar, com relação ao Edital LPG/PNAB perguntou como está sendo pensada as áreas e categorias, se pensam em 1 edital com várias categorias e incluindo todas as áreas culturais e como estão pensando no produto “Entrega”. Eliza iniciou as respostas primeiramente às questões do Cristiano. Com relação ao Cultura Viva, informou que as instruções virão do MinC, os critérios para certificação e as regras estarão nos editais que serão disponibilizados. Quanto ao MovCeU, informou que a ideia é fazer a contratação da OS com os recursos da PNAB. Sobre os CEUs, informou que a responsabilidade pela gestão, manutenção, contratação de funcionários e programação destes espaços é de responsabilidade das prefeituras, que também podem usar seus recursos da PNAB para isso. Sobre o curso de capacitação para o fortalecimento dos conselhos, Eliza lembrou do lindo trabalho de Tereza Collares na FCC onde viajava pelos municípios falando da importância dos Sistemas. Isso acontecia há 10 anos, quando não tinha recurso e eram os trabalhadores da FCC que realizavam esse trabalho de fortalecimento e que isso foi perdido. Ainda reforçou que esses laços precisam ser resgatados e restabelecidos. Quanto às perguntas da Carolina relacionadas aos recursos, informou primeiramente que todos os recursos disponíveis da LAB foram esgotados com os editais lançados. Os recursos remanescentes vieram dos municípios e foram devolvidos ao governo federal na prestação de contas. Quanto aos da LPG, informou que especificamente, no edital D+ Áreas, o recurso recebido foi todo utilizado no edital, mas que ainda tem um valor que veio dos municípios que não fizeram a adesão a lei, além disso, tem o rendimento da conta e de uma outra parte que ia ser usada para os recursos operacionais, mais especificamente, contratação da OS e não foi utilizado pois não se conseguiu finalizar o termo de colaboração, já que o prazo dos editais já tinha acabado. Informou que atualmente tem então o valor de aprox. R\$1.000.000,00. A COA pretende utilizar esse recurso repassando aos suplentes do edital. Com relação a prestação de contas, Eliza informou que nos editais lançados pela LPG e LAB, só foram solicitados Relatório de Execução, nunca foi cobrado planilha orçamentária. Informou ainda que o MINC pede para que tenha uma estimativa de custos pois os editais trabalham com prêmios relativamente pequenos e se aumentar o valor dos prêmios ou trabalhar com obras e reformas, o procedimento será diferente. Alertou que se o edital trabalhar com obras e reformas, deverá seguir a Lei de licitações e contratos e não a Lei de fomento. Quanto ao edital PNAB, que será muito parecido com o LPG D+, informou que a COA tem a ideia de retirar a modalidade de Experimentação Artística e trabalhar somente com Apresentações, Oficinas, Festivais e Mostras, e alguma outra modalidade que faça com que todas as áreas estejam contempladas. Bia chamou então o Conselheiro Alzemi, que lembrou da sua proposição, feita na última reunião sobre a participação dos arquivos no edital de Bibliotecas e Museus, salientou a necessidade de olhar com carinho a questão da descentralização dos recursos para permitir a competitividade e a igualdade na distribuição dos recursos. Elogiou a iniciativa de bonificação aos gestores e solicitou que preferencialmente fossem servidores de carreira, apesar de não estar seguro de que por lei isso ainda possa acontecer. Outra questão abordada pelo conselheiro foi sobre as festividades de etnias, onde concordou que esses eventos devem estar dentro de um edital maior e não um específico para isso. Para finalizar

Realização:



MINISTÉRIO DA
CULTURA



sua fala, questionou a participação de prefeituras nos editais. Bia Chama o Conselheiro Carlos, que registrou sua fala, elogiando o trabalho da COA/FCC, a lembrança de Tereza Collares e também concordou com a ideia de dar aos municípios uma atenção e um acesso mais efetivo, pois são eles os grandes fomentadores de cultura neste momento. Bia iniciou o seu comentário falando da importância de implementação do Plano Estadual de Cultura, disse concordar com a bolsa para gestores efetivos e que ela poderia ser ampliada para o conselho de cultura também. Passando ao assunto “linha de fomento”, Bia lembrou do Edital de Mestres de ofício, e pelo estado não ter a política pública de preservação, valorização dos mestres e mestras esse edital corre alguns riscos, como por exemplo de doutores, professores com titulação de doutores serem contemplados e lembrou do edital de Florianópolis. Pede para que os parâmetros sejam bem contemplados. Informou também a sua dificuldade em pensar na divisão do recurso nos editais de fomento. Lembrou do remanejamento dos recursos que ficariam dificultados se lançarem muitos editais. E finalizando sua fala, fez alguns questionamentos - Se para reformas e aquisições a COA/FCC seguirá o decreto 11453, - Se para premiação em CPF será descontado o Imposto de Renda, o que aconteceu na LPG e não poderia, - Se terá cobrança de documentos na inscrição, - Se vai ter prestação de contas fiscais ou se vai ser por objeto? Eliza retoma a palavra e responde que sobre a vedação da participação de prefeituras, a única vedação que existe é no subsídio para manutenção de espaços. E segue dizendo que o recurso do subsídio é somente para espaços privados, fora isso as prefeituras poderão participar. Explica que o edital proposto para as prefeituras segue a divisão por mesorregião e que a intenção de mostrar o mapa no início da primeira reunião com o CEC foi para dizer que não queremos parar somente com aqueles dados, mas continuar e chegar cada vez mais nos municípios que nunca chegamos e desconcentrar cada vez mais o recurso. e até o final dos 5 anos atender todas as bibliotecas e museus de Santa Catarina. Com relação ao assunto “capacitação dos gestores”, principalmente sobre as bolsas, informa que a COA está buscando a legalidade. Seguiu sua fala, dizendo que os gestores também são trabalhadores da cultura e só estão na administração pública, mas eles também fazem parte desta cadeia e a gente precisa ter com eles, o mesmo olhar carinho e atencioso que temos com os trabalhadores da cultura. Pois precisamos deles para viabilizar os recursos que chegam nas prefeituras. E que a ideia inicial é de que a prefeitura indique dois nomes, um deles efetivo. Mas precisamos que o MINC tenha o mesmo entendimento de que isso é possível e está dentro da legalidade. Passando para as respostas às perguntas da Bia, primeiramente sobre a importância da implantação do Sistema de Cultura, disse ser consenso de todos a importância do fortalecimento do sistema e os entes entendam a importância do Conselho e do Fundo de Cultura. Por isso precisamos chegar nessas prefeitura e explicar essa importância, vincular a importância à economia da cultura e quanto ela gera e movimenta recursos. Seguindo seu pensamento, Eliza passa ao assunto abordado por Bia, “Bolsa para Conselheiros”, e diz que a ideia é primeiramente capacitar gestores, depois Conselheiros de Cultura e depois os agentes culturais. Quanto ao edital de mestres de ofício, Eliza diz a todos que mais adiante a COA irá disponibilizar o edital que vem lá do Setor de Patrimônio e que ele já está vinculado à lei. Seguiu dizendo que o GT da PNA B, formado pelos Conselheiros, terá acesso a esse material. Sobre fazer editais específicos, Eliza explica que serão somente para cotas de

Realização:



20% que consta na lei, e que inclusive esses editais deverão ser mais acessíveis e de fácil compreensão. Seguiu dizendo que deve-se cuidar quando se fala em “editação”, pois eles tem mais regras, divisão e subdivisão. A COA pensa no edital maior para o fomento como o LPG D+, talvez com mais modalidades. E com o outro recurso para fomento, fazer o edital para prefeitura. Seguindo nas respostas aos questionamentos de Bia, agora sobre o desconto do imposto de renda, Eliza informa que não são regras da COA, inclusive a COA não tem a menor administração sobre ela. No caso do desconto do imposto de renda, disse não existir uma lei que permita que não seja feito. O único documento que existe com relação a não descontar, é uma nota técnica do Ministério da Cultura que não se sobrepõe ao que já é determinado em lei. Comunica ainda que a FCC fez consulta ao setores jurídico e contábil, e recebeu a indicação positiva para o desconto, conforme a Lei. Seguiu dizendo que em reunião com o Ministério da Cultura no dia anterior a esta reunião, foi informada que para a PNAB não vai existir a opção de não descontar o imposto de renda e finalizou esclarecendo que os editais lançados pela FCC em 2023, Mérito e LPG D+ áreas, já seguiram as regras e etapas invertidas, primeiro a de mérito e depois a de habilitação, como pedia o Decreto de Fomento, ou seja não foram lançados pela 14.133. Informou que este ano vai ser trabalhado também com o decreto de fomento, a não ser para editais de obras, conservação, restauração, específicos de aquisição de produtos e serviços, que precisam ser obrigatoriamente trabalhados pela 14.133. Seguiu dizendo que a prestação de contas físico-financeiro será obrigatória somente para editais de fomento com valores superiores a R\$ 200.000,00 e em editais que seguem as regras da 14.133. Bia retoma a palavra informando o término da reunião em 30 minutos. Passou a palavra para Cristiano, que esclareceu primeiro sua posição a favor da Formação para Gestores e depois pediu para que os editais da área de literatura sejam bem pensados nas subdivisões de categorias, para que o setor, que é amplo, não só do livro e leitura mas na parte editorial que precisa ser contemplada. E lembrou o Edital Elisabete Anderle, que demonstrou uma carência no setor profissional do livro e da leitura. Pediu para que os editais sejam atualizados pela lei de leitura e escrita e sejam construídos para possibilitarem novos trabalhadores desta área a aprimorarem o seu trabalho e que o resultado chegue nas mãos das pessoas com qualidade editorial, estética e de mediação de leitura. Finalizou sua fala agradecendo. Bia passou a palavra a Nedi, que já iniciou falando da questão dos Bens culturais, e sugeriu uma capacitação, orientação e formação aos gestores. E solicitou que constasse nesta Ata o seu estranhamento quanto a preocupação de algumas pessoas quando se fala da inclusão das etnias alemãs e italianas em editais, segue dizendo que nos artigos 216 e 216A que tratam do patrimônio cultural brasileiro e do seu Sistema Nacional de Cultura, a Constituição menciona “dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, por isso não se pode discutir a possibilidade, mas sim a prioridade que alguns grupos têm. Continua sua fala dizendo não ser contra e entender que existem alguns grupos que precisam de prioridade. E pediu para que haja cuidado e diálogo, quando uns não são incluídos a ponto de serem excluídos. Sendo uma preocupação e sentimento dos descendentes de imigrantes. A Conselheira Bia chama Carolina, que informou não se preocupar com a diminuição de modalidades nos editais, mas que elas não sejam restritivas e sugeriu que a categoria de apresentação seja uma categoria de produção cultural, o que a tornaria mais abrangente, pois pode prever espetáculos de

Realização:



teatro, de música, de dança, exposição, produção audiovisual, seja na forma de videoclipe de curta ou roteiros de curta metragem, preservação do patrimônio, literatura. Diz que a preocupação é que as modalidades sejam amplas, para que todas as categorias e áreas culturais possam se sentir contempladas. A Conselheira Bia chama Henrique para fala. Ele inicia com agradecimentos a COA e todos presentes, e diz achar muito importante a fala da Conselheira Nedi. Eliza retoma a palavra reafirmando a Nedi que a COA não deseja excluir ninguém e que talvez não se construa um edital específico para etnias, mas as inclua em um edital maior. Eliza informa que vai passar para as falas solicitadas por meio do formulário cujo link foi disponibilizado no chat. Na sequência, Eliza verificou já ter respondido aos seus questionamentos dos inscritos Schibian, Alzemi, Bia e Nedi. E segue na lista chamando Sueli, que em manifestação escrita sugeriu - "A exemplo na 1ª reunião dos gestores, vindo de encontro a sugestão ali estabelecida que item obras e reparos que o percentual estabelecido tenha redistribuição, nas mesos regiões aumentando o número de contemplados por região, 2- Capacitação para agentes culturais, 3- edital para cultura populares e diversidade, 4- remanejamento de saldos remanescentes no próprio editais, 5- Canal de informações acessíveis, 6-capacitação para conselhos municipais, 7- editais simplificados, escritas orais, 8- prestação de contas simplificadas, 9- mapeamento das áreas periféricas urbanas e rurais". Eliza informa que são sugestões importantes e que serão acolhidas pela COA. Seguindo a lista, com a manifestação escrita de Alexandre de Pinho, que perguntou se "Existe uma previsão de divisão por áreas da cultura para os recursos gerais (excluídos os direcionamentos previstos na lei)?" Eliza responde que é sempre prevista a divisão por área e também nas premiações, para assim contemplar as mesorregiões e as áreas. E passa para a próxima manifestação escrita de Cristiano Moreira, que diz, "Quanto ao percentual de 20% para comunidades periféricas e tradicionais. Poderão participar somente representantes dessas comunidades/territórios ou um proponente que elabore um projeto para acontecer nestes territórios poderão enviar propostas, concorrer?", Eliza responde que o MINC quer que o proponente seja destas áreas. Principalmente esse percentual, deverá ser para proponentes destas 3 áreas. Seguindo a lista, Eliza lê a manifestação escrita de Jane Mary S. Liesemberg, que diz "Bom dia, acho muito válida e necessária a formação/qualificação de gestores, porém sabemos da rotatividade existente no meio. Gostaria de sugerir que a formação fosse voltada preferencialmente para servidores efetivos". Eliza responde que como já foi falado na reunião, a preferência é para que 1 participante seja efetivo do município. Seguindo a lista, Eliza lê a manifestação escrita de Sueli, "Sugestão de remanejamento dos recursos previstos para Ceus MOV. para FOMENTO, devido a burocracia que acarretará e esse único automóvel não contemplará, no seu uso o estado ou todos os municípios, há outros meios par aquisição deste bem, não do recurso da PNAB". Eliza responde que o recurso para aquisição do MovCeU foi disponibilizado pelo Ministério da Cultura, a FCC participou do processo de aquisição para o estado receber o automóvel. Seguindo a lista, Eliza lê a manifestação de João Soletti que diz "Seria interessante que destinasse recursos para a comemoração dos 150 anos de imigração Italiana e 200 dos alemães". Eliza responde que já é uma solicitação acolhida. A última manifestação escrita é de Sueli e é lida por Eliza, "Quanto à sugestão de bolsas para gestores, deve ser melhor avaliado, se é necessário mesmo aplicar recursos da PNAB neste item, pois MINC fornece capacitação toda quarta

Realização:



feira, gratuita só se inscrever e tem canais próprios para orientação. Sugestão remanejar para outro item que contemplem a sociedade cultural do estado”. Eliza responde, que a COA está analisando junto ao MINC, o pagamento das bolsas aos Gestores e só fará isso se tiver garantia de que é permitido por lei. Antes de encerrar as falas Eliza chama Lélia que pediu a palavra e disse não ter nenhuma consideração a fazer a não ser elogiar sua apresentação e conteúdo da reunião, também as colocações de Nedi Locatelli. Eliza abre a fala também para Liberato, que parabenizou pelo trabalho da COA. Antes de finalizar a reunião, Eliza convida o Presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Rafael Nogueira, que recentemente havia entrado na sala, para dar uma palavra. Ele parabeniza pelo trabalho realizado pela COA, informa que estamos na semana dos Museus, que estão centralizando no CIC, Biblioteca Pública de Santa Catarina e Museu Etnográfico, as doações para o Rio Grande do Sul. Eliza agradece pelo apoio e fornecimento da estrutura para todas as ações da COA. Eliza finaliza a reunião, agradecendo a todos da FCC pelo apoio e parceria. Chama para última palavra, o presidente do Conselho Estadual de Cultura, Luiz Nilton, que agradece à todos, e confirma para mais tarde a escolha dos participantes que irão formar o GT da PNAB. Não havendo mais temas para serem tratados, a reunião foi finalizada às 12h. Eu, Eliane Cipriani redigi a presente ata.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **HS2023SQ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ELIZA KARLA PIGATTO DOCENA** (CPF: 008.XXX.689-XX) em 13/06/2024 às 18:45:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:49:29 e válido até 13/07/2118 - 13:49:29.
(Assinatura do sistema)

✓ **JANAINA DOS SANTOS SHWEITZER** (CPF: 932.XXX.519-XX) em 13/06/2024 às 19:00:39
Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 12:49:05 e válido até 27/02/2119 - 12:49:05.
(Assinatura do sistema)

✓ **ELIANE CIPRIANI** (CPF: 802.XXX.169-XX) em 17/06/2024 às 08:48:09
Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 12:45:04 e válido até 27/02/2119 - 12:45:04.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/RkNDXzQyNzRfMDAwMDIxMDhfMjEyMl8yMDI0X0hTMjAyM1NR> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **FCC 00002108/2024** e o código **HS2023SQ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.